

GDF não renova alvarás de comércio com invasão

* 9 SET 2003

FREDDY CHARLSON

Depois de muita conversa e negociações, a demora dos órgãos responsáveis para coibir a invasão de áreas públicas pelo comércio parece estar chegando ao fim. O administrador do Plano Piloto, Clayton Aguiar, publicou portaria que nega aos comerciantes a renovação do termo de ocupação de áreas públicas. A decisão para a renovação das autorizações fica agora nas mãos do secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão.

A medida não agradou ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (Sindhobar) que pode entrar na Justiça para evitar prejuízos. "A incoerência causou instabilidade no setor. A maioria das lojas tem 33 metros quadrados. É pouco espaço. Se alugássemos três lojas para um restaurante, teríamos que cobrar R\$ 10 pelo refrigerante", diz o presidente do Sindhobar, César Gonçalves.

Segundo o secretário Vatanábio, a medida segue recomendação do Conselho do Patrimônio Histórico do DF. "Temos que preservar a cidade de Oscar Niemeyer e Lúcio Cos-

ta. Não serão concedidos novos termos de ocupação de área pública. Os já concedidos ficam valendo, para que o comércio continue a operar, até o prazo estipulado no documento expirar", argumenta.

A explicação é contestada por Gonçalves. "Quando um comerciante abre nova sociedade, ele tem que dar baixa na empresa antiga e perde o direito do termo de ocupação de área. O que é ruim para o setor que mais emprega no DF, com cem mil postos de trabalho." Empregos como os 62 oferecidos pelo Giraffa's da 209 Norte.

O dono da lanchonete, que não quis se identificar, invadiu área de 30 metros quadrados, colocou um toldo e espalhou 30 mesas. "Se tiver que recolher as mesas, o negócio que funciona há dez anos acaba", lamenta ele, que está negociando uma solução com a Administração de Brasília. "Creio que 70% do comércio invade área pública. O que foi planejado para Brasília não atendeu ao progresso. Temos que dar um jeito nisso. É inconcebível que empresários coloquem lixo na rua, atrás das lojas", diz Aguiar.

NÚMEROS DA IRREGULARIDADE

☛ Segundo o Sindhobar, 2.300 dos 10.369 bares e restaurantes do DF estão sendo prejudicados pela medida.

☛ 52% do comércio na Asa Sul invade áreas públicas.

☛ 80% das lojas de ponta de quadra invadem área pública.

☛ A não renovação de alvarás deve provocar demissão de 20 mil empregados do setor e fechamento de 18% dos estabelecimentos.

☛ A Administração do Plano Piloto já demoliu, desde o início do ano, 200 trailers, quiosques e bares localizados em áreas públicas.